

9



CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

PROPOSTA Nº 19 / 2012, 17/4/12

PROPONENTE: O Vereador Manuel Richardo

PROCº Nº0.19 | DEPARTAMENTO / DIVISÃO – / SECTOR – GA

PROPOSTA

ASSUNTO: Proposta de Regulamento Municipal de Toponímia

Para efeitos de aprovação, submete-se ao Executivo, a Proposta de Regulamento Municipal de Toponímia, elaborada pela Comissão Municipal de Toponímia.

Nisa, 17 de Abril de 2012

O Vereador da Câmara Municipal de Nisa

Manuel António R. Richardo
Manuel António Rosmaninho Richardo



/AC

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

PRESENTE EM REUNIÃO DE

21/5/2012

APROVADO POR unanimidade O PROPOSTO.

ATAÇÃO Nº 167/2012

Ex



NOTA JUSTIFICATIVA

A atribuição das denominações toponímicas e da numeração dos edifícios é fundamental para a identificação, orientação, comunicação, localização de imóveis e de referência de localidades e sítios, bem como na preservação do património cultural do Município. A toponímia é também fundamental para a intervenção dos agentes de proteção civil e demais organismos públicos.

Atualmente o recenseamento automático dos cidadãos está associado aos sistemas de identificação civis, nomeadamente, com a plataforma de serviços comuns do cartão do cidadão. Assim os eleitores são recenseados automaticamente e associados ao posto de recenseamento mais próximo da sua área de residência, para tal é fundamental a correcta associação entre os códigos postais e as moradas. Este facto vem aumentar a relevância das denominações toponímicas e a necessidade de estabelecer regras para disciplinar e normalizar procedimentos, definindo os métodos de actuação, atribuição e gestão da toponímia e numeração de polícia.

Pela sua importância, as designações toponímicas não devem ser objecto de alteração por motivos subjectivos ou de carácter circunstancial, ficando a sua alteração condicionada à verificação de transformações relevantes de carácter social.

O presente Regulamento visa estabelecer um conjunto de normas fundamentais que permitam disciplinar o exercício da competência, atribuída às Câmaras Municipais, de estabelecer a denominação das ruas, avenidas, praças, entre outros, das povoações, bem como a numeração dos edifícios.

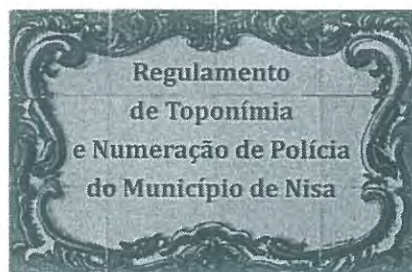
Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, ao abrigo e nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea v), conjugado com o n.º 6, alínea a) do mesmo artigo, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elabora-se o presente **Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de NISA**, que se submete ao parecer jurídico emitido pelo serviço municipal competente e à aprovação da Câmara Municipal. Foram, ainda, ouvidas as Juntas de Freguesia do concelho.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Lei habilitante

O Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de NISA é elaborado ao abrigo do disposto da alínea b) do artigo 16.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, no artigo 53.º, n.º 2, alínea a), no artigo 64.º, n.º 1, alínea v) e artigo 64.º, n.º 6, alínea a), todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como na alínea f) do artigo 10.º e artigo 55.º, ambos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.



Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento disciplina o procedimento de atribuição das designações toponímicas e alteração das denominações das vias e espaços públicos, bem como a atribuição de numerações de polícia no Concelho de Nisa.

Artigo 3.º

Conceitos

1. Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, são definidos os seguintes conceitos, designadamente:

- 1.1. **Alameda** – via de circulação com arborização central ou lateral;
- 1.2. **Arruamento** - via de circulação automóvel, pedestre ou mista;
- 1.3. **Atalho** – caminho muito estreito para peões;
- 1.4. **Avenida** – espaço urbano público com dimensão (extensão e secção) superior à da rua, que geralmente confina com praça. Via de circulação mais urbana que a alameda;
- 1.5. **Azinhaga** – caminho de largura quando muito de um carro, aberto entre valados ou muros altos;
- 1.6. **Bairro** – conjunto de edifícios contíguos ou vizinhos com morfologia urbana e orgânica próprias que os distingue da malha urbana do lugar;
- 1.7. **Beco** – acesso ou rua estreita e curta sem intersecção com outra via;
- 1.8. **Boqueirão** – via ou espaço público de dimensões amplas que ficava, ou fica, à entrada de uma povoação;
- 1.9. **Calçada** – caminho ou rua com pavimentação de pedra;
- 1.10. **Caminho** – passagem geralmente secundária e estreita, geralmente não pavimentada, podendo o seu traçado ser sinuoso e o seu perfil exíguo. Geralmente associado a meios rurais ou poucos urbanos, poderá não ser ladeada nem dar acesso a ocupações urbanas;
- 1.11. **Canto** – beco ou rua sem saída.
- 1.12. **Carreira ou Carreirinha** – caminho estreito;
- 1.13. **Casal** - pequeno povoado, lugarejo;
- 1.14. **Cerro** – elevação de terreno penhascoso geralmente associadas a meios rurais;
- 1.15. **Dafundo** – via ou espaço público que fica, ou ficava, no extremo da povoação, num plano inferior;
- 1.16. **Designação toponímica** - designação completa de um topónimo urbano, contendo o nome próprio do espaço público, tipo de topónimo e outros elementos que compõem a placa ou marco toponímico;
- 1.17. **Escadas ou escadarias** – espaço linear desenvolvido em terreno declivoso recorrendo ao uso de patamares e ou degraus de forma a minimizar o esforço físico de percurso.
- 1.18. **Estrada** – espaço público, com percurso predominantemente não urbano, que estabelece a ligação com vias urbanas;



- 1.19. **Jardim** – espaço verde urbano, com funções de recreio e de estar das populações residentes nas imediações, e cujo percurso é predominantemente pedonal. Integra geralmente uma estrutura verde mais vasta que enquadra a estrutura urbana;
- 1.20. **Impasse** - o mesmo que Canto.
- 1.21. **Ladeira** – troço de via muito inclinada;
- 1.22. **Largo** – espaço urbano que assume a função de nó de distribuição de tráfego onde confinam estruturas viárias secundárias de malha urbana. São características do largo a presença de árvores, fontes, cruzeiros e pelourinhos; o mesmo resulta de problemas de modelação, de dificuldade de concordância e, muitas vezes, de espaços, não resolvidos, do tecido urbano; semelhante a Terreiro;
- 1.23. **Miradouro ou mirante** – lugar elevado donde se descortina largo horizonte
- 1.24. **Monte** – povoação com um número reduzido de ruas e com um número pouco elevado de casas, de dimensões inferiores à vila. Ou topónimo que está relacionado com antecedentes históricos;
- 1.25. **Número de Polícia** - número atribuído aos vãos de acesso a um prédio num arruamento. Regra geral a cada prédio será atribuída apenas um número de polícia, podendo este ser acrescido de letras, caso existam várias fracções dentro da mesma;
- 1.26. **Parque** – espaço verde público, de grande dimensão, destinado ao uso indiferenciado da população residente no núcleo urbano que serve. Espaço informal com funções de recreio e lazer, eventualmente vedado e preferencialmente fazendo parte de uma estrutura verde mais vasta;
- 1.27. **Praça** – espaço público largo e espaçoso de forma regular e desenho urbano escudado normalmente por edifícios. Em regra as praças constituem lugares centrais, reunindo funções de carácter público, comércio e serviços. Apresentam, geralmente, extensas áreas livres pavimentadas e ou arborizadas;
- 1.28. **Praceta** – semelhante a praça embora de menor dimensão e sem função de nó distribuidor de trânsito, em geral limitado neste tipo de espaço;
- 1.29. **Rampa** – via em plano inclinado, ladeira;
- 1.30. **Rotunda** – praça ou largo de forma circular, constituindo elemento rodoviário de forma curva que estabelece articulação com as várias estruturas viárias de um lugar e em que o trânsito se processa em sentido giratório;
- 1.31. **Rua** – espaço urbano com função de circulação e de estadia peões, circulação, paragem e estacionamento automóvel, acesso a edifícios de malha urbana e suporte de infra-estruturas. Hierarquicamente inferior à avenida, poderá reunir diversas funções ou apenas contemplar uma delas;
- 1.32. **Ruinha** – rua muito estreita sem acesso à circulação de automóveis;
- 1.33. **Travessa** – espaço urbano público que estabelece um elo de ligação entre duas ou mais vias urbanas;
- 1.34. **Viela** – rua de dimensões estreitas, no casco antigo da malha urbana, de uma só via e de difícil ou totalmente impossível circulação de veículos automóveis.

Tipo de topónimo - qualquer topónimo pode ser, designadamente, do tipo rua, travessa, largo, praça, beco, etc.;

Topónimo – designação com que é conhecido uma via ou espaço público;



2. A denominação adequada da rede viária, dos espaços públicos e de outros lugares do Município, deve atender às classificações presentes nos conceitos anteriores;
3. As vias ou espaços públicos não contemplados nos conceitos do n.º 1 do presente artigo, serão classificados, pela Câmara Municipal, ouvida a Comissão Municipal de Toponímia, de harmonia com a sua configuração ou área.

CAPÍTULO II

DENOMINAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

SECÇÃO I

ATRIBUIÇÃO E ALTERAÇÃO DE TOPÓNIMOS

Artigo 4.º

Comissão Municipal de Toponímia

1. Para as questões referentes à toponímia é criada a Comissão Municipal de Toponímia, órgão consultivo da Câmara Municipal;
2. Integram a Comissão de Toponímia:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal, que preside, podendo este designar seu representante um dos Vereadores;
 - b) O Presidente da Assembleia Municipal podendo este designar o seu representante;
 - c) Os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho ou alguém que os represente (um eleito da respectiva Junta);
 - d) Três representantes da comunidade local convidados pela Câmara Municipal;
3. Terão direito a voto todos os elementos referidos nas alíneas do número anterior;
4. A Comissão de Toponímia é designada por deliberação de Câmara Municipal, formalizada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, e tem uma duração coincidente com a do mandato do executivo camarário;
5. Os membros da Comissão permanecerão em funções enquanto não forem nomeados novos elementos;
6. A Comissão de Toponímia reúne trimestralmente, ou sempre que se afigure necessário;
7. O desempenho das funções dos membros da Comissão de Toponímia tem carácter honorífico, pelo que não é remunerado;
8. As deliberações são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate;
9. A Comissão Municipal de Toponímia terá o devido acompanhamento e/ou aconselhamento técnico dos serviços da Câmara Municipal competentes na matéria.



Artigo 5.º

Competência da Comissão Municipal de Toponímia

Compete à Comissão Municipal de Toponímia:

- a) Propor a atribuição ou alteração de denominação de vias e espaços públicos nos termos do presente Regulamento;
- b) Dar pareceres sobre a atribuição da denominação de vias e espaços públicos ou sobre a alteração dos já existentes;
- c) Definir a localização dos topónimos;
- d) Proceder ao levantamento por freguesia dos topónimos existentes, sua origem e justificação;
- e) Elaborar estudos sobre a história da toponímia no concelho de Nisa;
- f) Proceder ao levantamento por freguesia da numeração de polícia, com vista à sua actualização em base de dados;

Artigo 6.º

Competência para a atribuição de topónimos

Compete à Câmara Municipal, ouvidas as Juntas de Freguesia da respectiva área e a Comissão de Toponímia, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, deliberar sobre a toponímia do Município, nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea v) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 7.º

Temáticas toponímicas

As denominações toponímicas devem enquadrar-se nas seguintes temáticas:

- a) Topónimos populares e tradicionais;
- b) Referências históricas dos locais;
- c) Antropónimos que podem incluir figuras de relevo municipal individual ou coletivo, vultos de relevo nacional individual ou coletivo ou grandes figuras da humanidade;
- d) Nomes de países, cidades, vilas, aldeias nacionais ou estrangeiras, que, por qualquer razão relevante, tenham ficado ligados à história do Município ou à história nacional;
- e) Datas com significado histórico municipal, nacional ou internacional.

Artigo 8.º

CrITÉRIOS na atribuição de topónimos

1. A Comissão Municipal de Toponímia deverá ter em conta os seguintes critérios:

- a) Os nomes das avenidas e das ruas, bem como das alamedas e das praças, devem evocar figuras ou realidades com expressão concelhia, regional, nacional ou dimensão internacional;
- b) Os nomes das ruas de menor dimensão, bem como os das travessas, devem evocar circunstâncias, figuras ou realidades de expressão local;
- c) As praças e largos devem evocar factos, figuras notáveis ou realidades de projecção na área do Município;



- d) Os nomes das vias classificadas como outros arruamentos devem evocar aspectos locais, em obediência aos costumes e ancestralidade dos sítios e lugares da respectiva implantação;
 - e) As novas urbanizações ou aglomerados urbanos devem, sempre que possível, obedecer à mesma temática toponímica;
2. A classificação das vias e espaços públicos do Município deve fazer-se de acordo com as definições presentes no artigo 3.º do presente Regulamento.

Artigo 9.º

Atribuição de topónimos

- 1. Podem ser atribuídas iguais designações a vias, desde que se situem em diferentes freguesias do concelho;
- 2. Não se consideram designações iguais as que são atribuídas a vias comunicantes de diferente classificação toponímica, tais como Rua e Travessa ou Beco, Rua e Praceta e designações semelhantes;
- 3. Os estrangeirismos e ou palavras estrangeiras apenas são admitidos se a sua utilização se revele indispensável;
- 4. De cada deliberação deve constar uma curta biografia ou descrição justificativa da atribuição do respectivo topónimo.

Artigo 10.º

Designação antroponímica

- 1. As designações antroponímicas devem ser atribuídas pela seguinte ordem de referência:
 - a) Individualidades de relevo concelhio;
 - b) Individualidade de relevo regional;
 - c) Individualidade de relevo nacional;
 - d) Individualidades de relevo internacional, nomeadamente grandes figuras da Europa.
- 2. Não serão atribuídas designações antroponímicas com o nome de pessoas vivas, salvo em casos extraordinários em que se reconheça que, por motivos excepcionais, esse tipo de homenagem e reconhecimento deva ser prestado durante a vida da pessoa e seja aceite pela própria;
- 3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os antropónimos não devem ser atribuídos antes de um ano a contar da data do falecimento, salvo em casos considerados excepcionais e aceites pela família.

Artigo 11.º

Alteração de topónimos

- 1. As designações toponímicas actuais devem manter-se, salvo razões atendíveis;
- 2. A Câmara Municipal pode proceder à alteração de topónimos existentes, nos termos e condições do presente Regulamento e nos seguintes casos especiais:
 - a) Motivo de reconversão urbanística;



b) Existência de topónimos considerados inoportunos, iguais ou semelhantes, com reflexos negativos nos serviços públicos e nos interesses dos munícipes.

3. Sempre que se proceda à alteração dos topónimos deve manter-se, na respectiva placa toponímica, uma referência à anterior designação.

SECÇÃO II PLACAS TOPONÍMICAS

Artigo 12.º

Composição gráfica

1. As placas toponímicas e respectivos suportes devem ser de composição simples e adequada à natureza e importância do arruamento, devendo conter, além do topónimo, uma legenda sucinta sobre o significado do mesmo;
2. Tratando-se de designação antroponímica a placa deve, sempre que possível, fazer menção ao cargo ou função mais relevante, bem como, ao período de vida da individualidade, com referência cronológica ao nascimento e ao óbito, quando conhecidas;
3. Salvo casos de excepção, devidamente fundamentados e apresentados à Comissão Municipal de Toponímia, as placas toponímicas devem ser executadas de acordo com modelos previamente definidos pela Comissão e aprovados pela Câmara Municipal;
4. Nas áreas definidas como Núcleos Históricos do Município, devem ser conservadas e recuperadas as placas toponímicas quando existentes;
5. Nos casos omissos devem ser adoptados os modelos referidos no número 3 do presente artigo.

Artigo 13.º

Local de afixação

1. Todas as vias públicas devem ser identificadas através de placas toponímicas, nos seus extremos, assim como todos os cruzamentos, entroncamentos ou rotundas que o justifiquem;
2. As placas toponímicas devem ser afixadas nas esquinas dos arruamentos respectivos, do lado esquerdo de quem nele entre pelos arruamentos de acesso e nos entroncamentos, na parede fronteira ao arruamento que entronca;
3. As placas referidas no número anterior devem ser colocadas, sempre que possível:
 - a) nas áreas em que os edifícios formam um plano marginal confinante com o arruamento na fachada do edifício correspondente, a uma distância do solo entre 2 a 3 m, e das esquinas entre 0,50 m a 1,50 m;
 - b) nas áreas em que predomina a ocupação de moradias em que o jardim é confinante com a via pública, as placas devem ser localizadas em postes ou peanhas junto aos muros de vedação, ficando a uma distância do solo entre 2 a 3 m, e das esquinas entre 0,50 m a 1,50 m.



4. As placas toponímicas suportadas por postes ou peanhas apenas devem ser colocadas em passeios com largura igual ou superior a 1,5 m. Nas áreas consolidadas em que o passeio tenha largura inferior a 1,5 m, devem ser adoptados os postes, que deverão ser colocados junto aos muros de vedação existentes;
5. As placas toponímicas devem ser colocadas logo que as vias ou espaços se encontrem numa fase de construção que permita a sua identificação.

Artigo 14.º

Competência para execução e afixação

1. Compete à Câmara Municipal, a execução e afixação das placas de toponímia.
2. Face ao interesse público subjacente, não é admissível a oposição dos proprietários dos imóveis à afixação de placas de toponímia, nos termos do presente Regulamento.

Artigo 15.º

Manutenção das placas toponímicas

Compete à Câmara Municipal garantir o bom estado de conservação e limpeza das placas toponímicas.

Artigo 16.º

Responsabilidade por danos

1. Os danos verificados nas placas devem ser reparados pela Câmara Municipal, por conta de quem os tiver causado, devendo as quantias relativas aos encargos decorrentes da reparação ser liquidadas no prazo de oito dias, a contar da data da respectiva notificação para o ressarcimento;
2. Sempre que haja demolição de prédios ou alteração das fachadas que implique retirada de placas toponímicas, devem os titulares das respectivas licenças entregar aquelas para depósito na Câmara Municipal, sob pena de virem a ser responsabilizados, nos termos da lei civil, pelo desaparecimento ou por quaisquer danos detectados nas mesmas;
3. É condição indispensável para autorização de quaisquer obras ou tapumes, a manutenção das indicações toponímicas existentes, ainda que as respectivas placas tenham de ser removidas.



CAPÍTULO III SECÇÃO I NUMERAÇÃO DE POLÍCIA

Competência e regras para a numeração

Artigo 17.º

Numeração e autenticação

1. A numeração de polícia é da exclusiva competência da Câmara Municipal, e abrange apenas os vãos de portas confinantes com a via pública que dêem acesso a prédios urbanos ou respectivos logradouros.
2. A autenticidade da numeração de polícia é comprovada pelos registos da Câmara Municipal, por qualquer forma legalmente admitida.

Artigo 18.º

Atribuição de número

1. Num arruamento, a cada prédio é atribuído um só número de polícia.
2. Quando o prédio tenha mais de uma porta para o arruamento, todas as demais, além da que tem a designação do número de polícia, são numeradas com o mesmo número acrescido de letras, seguindo a ordem do alfabeto, da esquerda para a direita em relação à porta principal.
3. Nos arruamentos com parcelas de terreno aptas à construção, bem como com parcelas onde decorram obras de construção ou de reconstrução, devem ser reservados os respectivos números de polícia, prevendo-se, para o efeito, um número de polícia por cada 10 m de frente do terreno.

Artigo 19.º

Regras para a numeração

1. A numeração dos prédios novos ou actuais arruamentos deve obedecer às seguintes regras:
 - a) Nos arruamentos com direcção Norte-Sul ou aproximado, a numeração começa de Sul para Norte;
 - b) Nos arruamentos com direcção Este-Oeste ou aproximado, a numeração começa de Este para Oeste;
 - c) Os vãos de acesso aos prédios devem ser numerados a partir do início de cada rua, sendo atribuídos números pares aos que se situem à direita de quem segue para Norte ou Oeste e números ímpares aos que seguem à esquerda;
 - d) Nos largos e praças, becos e recantos a numeração deve ser designada pela série de números inteiros sequenciais, contado no sentido do movimento dos ponteiros do relógio a partir da entrada no local;
 - e) Nos vãos de acesso aos prédios de gaveto a numeração deve ser a que lhes competir no arruamento mais importante ou, quando os arruamentos forem de igual importância, no que for designado pelos serviços camarários competentes;



- f) Nos novos arruamentos sem saída, a numeração é designada por números pares à direita e ímpares à esquerda, a partir da faixa de rodagem da entrada;
- g) Nos arruamentos mais antigos da localidade mantém-se a forma de numeração existente, seguindo a mesma metodologia para novos prédios que neles se construam.

Artigo 20.º

Norma Supletiva

Quando não for possível aplicar os princípios estabelecidos no artigo anterior, a numeração será atribuída segundo o critério dos serviços competentes, mas sempre de modo a estabelecer-se uma sequência lógica de numeração, a partir do início do arruamento principal.

Artigo 21.º

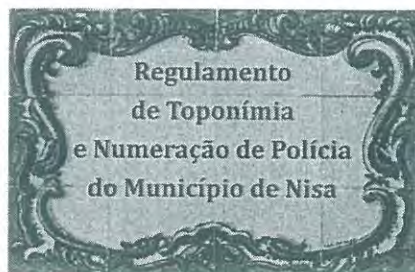
Numeração após a construção do edifício

1. A atribuição do número de polícia a novos edifícios ou em obras de edifícios existentes em que se verifique a abertura de novos vãos de acesso ou supressão dos existentes, ocorrerá pelos serviços da Câmara Municipal após a aprovação do respectivo projecto de arquitectura;
2. Quando não seja possível a atribuição imediata da numeração de polícia esta será dada posteriormente a requerimento dos interessados ou, oficiosamente pelos serviços competentes que intimarão a respectiva colocação;
3. A numeração de polícia dos edifícios isentos de licença nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (edifícios do estado), é atribuída pela Câmara Municipal, oficiosamente ou mediante requerimento das entidades beneficiárias da isenção;
4. A licença ou autorização de utilização do edifício, ficará condicionada à colocação do número de polícia;
5. No caso previsto no número 2 do presente artigo, a licença ou autorização de utilização pode ser concedida, devendo mencionar-se na informação técnica da emissão da mesma a causa da impossibilidade de atribuição dos números de polícia;
6. Os proprietários dos prédios a que tenha sido atribuída ou alterada a numeração de polícia, devem colocar os respectivos números antes de solicitarem a emissão de licença ou autorização de utilização;
7. É obrigatória a conservação da tabuleta com o número de obra até à colocação dos números de polícia atribuídos.

Artigo 22.º

Composição gráfica

As características gráficas dos números de polícia deverão obedecer a modelos previamente definidos e aprovados pela Câmara Municipal.



SECÇÃO II

COLOCAÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DA NUMERAÇÃO

Artigo 23.º

Colocação da numeração

1. A colocação dos números de polícia é da responsabilidade do construtor/proprietário.
2. Os números de polícia deverão ser colocados:
 - a) nas áreas em que os edifícios formam um plano marginal confinante com o arruamento, os números de polícia devem ser colocados no centro das vergas ou das bandeiras das portas ou, quando estes não existam, na primeira ombreira seguindo a ordem de numeração;
 - b) nas áreas em que predomina a ocupação de moradias em que o jardim é confinante com a via pública, os números de polícia devem ser colocados no muro de vedação junto aos vãos de acesso, sendo que, também deverá ser identificado na caixa de correio.

Artigo 24.º

Conservação e limpeza

Os proprietários dos prédios são responsáveis pelo bom estado de conservação e limpeza dos números respectivos, não podendo colocar, retirar ou alterar a numeração de polícia sem prévia autorização.

CAPÍTULO IV

PUBLICIDADE

Artigo 25.º

Informação e registo

1. Compete à Câmara Municipal registar toda a informação toponímica existente;
2. Os serviços municipais competentes devem constituir ficheiros e registos toponímicos referentes ao Município, onde constem os antecedentes históricos, biográficos ou outros, relativamente aos nomes atribuídos às vias públicas;
3. A Câmara Municipal deve promover a elaboração e edição de plantas toponímicas respeitantes a todos os aglomerados urbanos.

Artigo 26.º

Atribuição e alteração toponímicas e de numeração de polícia

1. A Câmara Municipal deve comunicar, sempre que possível por via electrónica e automática, à respectiva Conservatória do Registo Predial, até ao último dia de cada mês, todas as atribuições e alterações de denominações de vias públicas e de numeração policial dos prédios verificadas no mês anterior;
2. Todas as atribuições e alterações de denominações de vias públicas e de numeração policial dos prédios, devem ser igualmente comunicadas pela Câmara Municipal, no prazo fixado no número anterior, aos respectivos Serviços de Finanças, estações dos CTT – Correios de Portugal, Bombeiros voluntários de Nisa, Serviço Nacional de Saúde e EDP – Electricidade de Portugal;



3. Do mesmo modo que a alteração deverá ser comunicada, no prazo de 10 dias, a cada proprietário dos prédios sujeitos a alteração;
4. A prova de correspondência entre a antiga e a nova denominação toponímica ou numeração policial é certificada pela Câmara Municipal, sempre que solicitada por qualquer interessado.

CAPÍTULO V FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

Artigo 27.º

Proibições e remoção

1. É expressamente proibido aos particulares, proprietários ou inquilinos de prédios, afixar, alterar, deslocar, avivar ou substituir os modelos dos suportes e/ou placas ou letreiros estabelecidos pela Câmara Municipal.
2. A Câmara Municipal pode remover, com dispensa de quaisquer formalidades, as placas que sejam afixadas em contravenção ao disposto no número anterior.

Artigo 28.º

Fiscalização

Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento do presente Regulamento compete à Câmara Municipal, através dos seus agentes fiscalizadores.

Artigo 29.º

Contra-ordenações

1. As infracções ao preceituado neste Regulamento constituem contra-ordenação nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na sua redacção em vigor, sancionadas com coimas a fixar entre o mínimo de 75,00 euros e o máximo de 375,00 euros, cujo produto reverte integralmente para o Município;
2. Não havendo outra indicação, entende-se que os valores estabelecidos das coimas se referem a infracções dolosas;
3. A negligência será sempre punida com limites mínimo e máximo que serão metade dos estabelecidos para a punição das infracções dolosas;
4. A reincidência, antes de decorridos seis meses, será punida com um acréscimo de um terço do respectivo valor;
5. A colocação dos suportes das placas toponímicas fora dos locais previamente aprovados pela Câmara Municipal será punida com coima de 125,00 euros a 200,00 euros por infracção;
6. Caso se verifique reincidência da infracção no mesmo loteamento e pelo mesmo infractor será a coima referida no n.º 1 agravada em 100% por cada nova infracção verificada.;
7. A competência para determinar a instauração dos processos de contra-ordenação, para designar o instrutor e para aplicar as coimas pertence ao Presidente da Câmara Municipal, podendo ser delegada em qualquer dos seus membros;
8. O produto da aplicação das coimas reverte integralmente para o Município.



CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30.º

Interpretação, casos omissos e situações excepcionais

As lacunas e dúvidas interpretativas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão preenchidas ou resolvidas, na linha do seu espírito, pela Câmara Municipal, depois de ouvida a Comissão Municipal de Toponímia.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação, nos termos legais.

Paços do Concelho de Nisa, aos 13 de Abril de 2012